

PENSAR A NATUREZA PARA COMPREENDER O PEIXE COMO RECURSO¹

Adriano Chaves de França²
FINAV/UNIESP; GTA-UFGD; GT- CLASCO

Resumo

O presente trabalho tem como proposta realizar uma reflexão do processo de valorização da natureza pela transformação do peixe em recurso, a partir da instauração da ruptura homem-natureza. Tomando como ponto de partida a premissa de um ambiente favorável de maneira natural a exploração das pisciculturas, não se passa despercebido as demais dimensões sociais e políticas que corroboram o setor. Diante deste cenário, as rugosidades presente no espaço douradense permitem realizar um diálogo convergente, auxiliando a pesquisa e refletir sobre a piscicultura com as demais atividades peculiares de quem os trabalhadores do campo e no campo têm buscado como soluções alternativas na produção de alimentos, sentidos e renda.

Palavras-Chave: sociedade, natureza, piscicultura, política pública, produção

*“O único sentido íntimo das coisas
É elas não terem sentido íntimo nenhum”.³
Fernando Pessoa*

As coisas existem e, independentemente de nosso olhar, elas estão dispostas no mundo. Umás podem não fazer sentido às outras, mas fazem sentido a nós, homens enquanto seres sociais. A natureza como tal é compreendida por seus domínios e desconhece sua existência e limites. As coisas existem e pronto, não possuem significados em si mesmas, a sua existência é por si só suficiente de significados.

O que temos por domínios naturais é um conjunto de abstrações, em que os limites são externos às dinâmicas destes domínios, podendo ser questionados a todo instante. Os valores e conceitos atribuídos são, desta maneira, estranhos para a natureza em si mesma (HISSA, 2006). Significados estabelecidos pelos homem ao se deparar na relação de poder com a natureza.

O geógrafo Douglas Santos, certa vez proferiu um raciocínio cuja prerrogativa é de que as coisas estão no mundo, só é natureza porque nós chamamos de natureza, é uma coisa criada. Assim como a palavra *água* não molha, mas a *água enquanto água, molha*. Ele ainda continuou que as coisas só têm estes sentidos de ser porque trata-se de uma invenção social; a natureza poderia ser qualquer outra coisa que não é natureza. Esta gama de significados e concepções só faz sentido em nossa sociedade⁴ (SANTOS, 2012).

¹ As discussões deste trabalho fazem parte da dissertação “Do peixe ao recurso: as territorialidades da piscicultura em Dourados – MS”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* (Mestrado) em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG-UFGD).

² Geógrafo e MSc. em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Docente nas Faculdade Integradas de Naviraí(FINAV-UNIESP), Membro do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente da Universidade Federal da Grande Dourados (GTA-UFGD); Membro do Grupo de Trabalho Direito a Cidade do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (GT-CLASCO).

³ Trecho extraído da obra de: PESSOA, F. O Mistério das Cousas. Obra Poética, Rio de Janeiro: Ed. Aguilar, 1981. p. 140.

⁴ Fragmento da fala de Douglas Santos, durante sua palestra no Colóquio “Espaço e imagens: contribuições para o ensino” em 26 de Abril de 2012, na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, cuja atividade foi organizada pelo Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* de Mestrado em Geografia e o Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas.

Prova disso são as abstrações e sentidos do alimento e da culinária para o homem. A culinária é uma síntese do entrecruzamento radical de toda sociedade, que é carregada por convenções constituintes de uma síntese cultural (GONÇALVES, 2010; MARSCHER, 2012).

Temos uma reafirmação que a nossa organização social, diferentemente dos animais até o ponto em que conhecemos, é firmada em uma relação dialética, em que se cria por necessidade uma vinculação com e no território, seja o imaginário ou o visível aos olhos.

O território “nasce com uma dupla conotação, material e simbólica”, do ponto de vista etimológico. Todo território é, “ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico”, dado que se exerce “domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’”; os quais apresentam variação “em importância de acordo com o modelo de sociedade vigente” (HAESBAERT, 2004).

Denota-se que as relações humanas são como conhecemos devido aos sentidos construídos e disseminados ao longo da história do homem na terra. Isso nos permite dizer que temos uma necessidade primordial de atribuir valores para além do que é visível aos olhos, bem como para o sabor e as demais condicionantes de nossos sentidos.

Tudo tem um significado social. A proposta então que se apresenta para este texto, é dialogar com alguns autores acerca da concepção e significado da natureza, uma vez que esta discussão será norteadada pelo processo de organização sócio espacial.

A natureza existe assim, por meio dos sentidos, representações e da importância que lhe conferimos ao longo da nossa história, mesmo que de forma contraditória em tempos diferentes (CLAVAL, 2010).

Uma leitura sobre o significado de natureza permite dizer que a mesma pode ser classificada conforme vários critérios, o que possibilita uma fragmentação segundo a sua constituição, agrupando por vezes aquilo que aparentemente é semelhante. Genericamente, adverte-se que os olhos procuram a todo o momento uma ordem na natureza, com limitação de domínios, ajudando a sua compreensão (HISSA, 2006).

Para tanto, a compreensão da natureza nos coloca frente a uma proximidade com seu controle. Há então uma abertura para que inventemos limites com geometrias espontâneas. Tal afirmativa se faz presente na observação e domínios do que são as planícies e para que servem, por exemplo. Temos aqui limites “naturais” colocados à mostra. Os reais significados atribuídos a esta visão e interpretação de natureza é totalmente dependente do olhar do homem e sua cultura (HISSA, 2006).

Passaremos a seguir, a percorrer um caminho de algumas visões de natureza ao longo do desenvolvimento das sociedades até o momento em que esta se instaura na crise da modernidade.

Algumas visões de mundo: a natureza em questão

“No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidade etc.; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada” (SANTOS, 1996, p.51).

Historicamente o conceito de natureza foi modificado conforme a evolução do pensamento humano e da ciência, construído segundo as necessidades de cada sociedade em seu determinado período histórico havendo, assim, vários conceitos para o termo natureza, segundo os períodos históricos que antecedem ao presente século.

Segundo Costa:

A natureza, na sociedade capitalista adquire valores totalmente diferentes daqueles estabelecidos na Idade Média, e o mais incrível é que o capitalismo, à medida que busca novas formas de reprodução do capital, através de novos modelos, acaba por imprimir novas ideias na concepção de natureza (COSTA, 2005, p. 1).

O homem primitivo vivia de uma forma muito diferenciada à analisada cientificamente como civilização, suas atividades eram de extrema interação com o ambiente em seu redor.

Conforme enuncia Carvalho (1991, p. 25): “o fato é que entre os seres que habitavam esse universo, as diferenças existentes não eram suficientes para colocá-los em mundos distintos, tal como fazemos hoje: de um lado o mundo natural, de outro, o social, cada um com sua própria alteridade”.

Percebe-se assim, que não há desejo do homem em apropriar-se da natureza, podendo-se afirmar que ele é natureza e a natureza é ele, formam um só corpo, isso resiste até os dias de hoje em vários lugares do mundo e em diversas tribos, ou seja, em pleno século XXI existem evidências transmitidas através da mídia que mostram que estas relações ocorrem em pequenas regiões pelo mundo e que continuarão acontecendo até que a sociedade capitalista se expanda ao ponto de chegar a estas tribos.

Neste contexto, Moreira (1985) destaca que; “a natureza está no homem e o homem está na natureza, o homem é produto da história natural e a natureza é condição concreta da existencialidade humana”.

É importante destacar que ao longo da história, a humanidade se tornou mais complexa no seu modo de agir na sociedade; percebe-se que surgiram, nestes períodos, valores que se agruparam ao cotidiano do homem e o mesmo se mostrando afastado da natureza. Houve primeiramente a divinização da natureza pelo pensamento teológico e, em seguida a Filosofia Grega, separando o social e o natural, cunhando uma natureza imóvel e orgânica analisada por Aristóteles em seu modelo geoestático.

Outro período histórico, a Idade Média, ficou assinalada pela concepção de uma natureza sobrenatural, classificada como obra de Deus, que se torna fechada aos olhos dos homens e cuja natureza somente o sagrado poderia explicar. A forma de conceber esta natureza é produto do que acontece neste momento no mundo, já que na Idade Média há claramente o domínio da Igreja Católica sobre o pensamento da sociedade pelo Teocentrismo, assim o significado de natureza atendia os anseios da Igreja e da parcela dominante da sociedade nesta época (COSTA, 2005).

No entanto, a concepção de natureza divina é superada através do modo de produção capitalista a partir do século XVII, no qual há um ideário do homem como ser incompleto, onde há visivelmente os interesses da apropriação do espírito do capitalismo na posição de satisfazer o vazio humano ao adquirir riquezas. Instala-se neste novo contexto

socioeconômico, uma natureza que deixa de atender os anseios da sociedade neste momento, nascendo uma nova concepção de natureza como recursos a ser introduzidos na produção do capital.

A possibilidade de um controle do homem sobre a natureza, foi muito bem expressa por Bacon, Descartes, Malthus e demais autores, que conduziram estudos históricos e marcantes para a sociedade em aplicações que aprimorariam experimentos científicos para as necessidades sociais como, por exemplo, aplicações nas áreas de produção de alimentos, transportes entre outras formas de utilização (CLACKEN, 1996).

Ainda segundo o autor “gradualmente se ha visto que el conocimiento de la naturaleza proporcionaba poder para controlar sus fuerzas⁵” (CLACKEN, 1996, p. 458).

Assim, como considera Costa (2005), as ideias de Descartes, Bacon e Newton foram fundamentais para a sistematização dessa nova concepção de natureza como uma máquina, a ser operada e explorada pelo homem.

David Harvey faz uma crítica ao olhar cartesiano sobre o âmbito do ambiente, afirmando que a forma mais característica que o pensamento cartesiano leva campo ambiental e social é ver a 'sociedade' como um aparelho limitado de interação com um sistema maior que denominamos de 'Biosfera' (HARVEY, 1993).

O conceito de natureza tem se revelado amplamente nas ciências, principalmente na Geografia, tal a sua importância para melhor compreender os elementos com os quais o homem se relaciona no universo, neste contexto a natureza se apresenta como um objeto a ser apropriado, segundo o pensamento Neopositivista (CASSETI, 1991).

A concepção de natureza apresentada neste texto é a desenvolvida por Marx, segundo Casseti (1991), que formulou uma teoria da natureza não-sistêmica, nem contraditória e unificada, desenvolvida como crítica à política clássica, sendo conhecida pelo materialismo histórico, por entender a história como unidade com a natureza, uma vez que pela transformação da primeira natureza em segunda o homem desenvolve os elementos primordiais para a sua existência, momento este que se naturaliza e introduz no seu cotidiano os recursos naturais e que se socializa com a natureza na modificação original desta.

A natureza considerada por Marx é expressa em dois momentos, cuja passagem está no período de desenvolvimento da história, na forma de se apropriar e na mutação comandada pelo homem. Neste sentido Santos (1988, p. 24), ressalta que: “a natureza natural não é trabalho. Já o seu oposto, a natureza artificial, resulta de trabalho vivo sobre trabalho morto. Quando a quantidade de técnica é grande sobre a natureza, o trabalho se dá sobre o trabalho”.

Casseti (1991, p. 12) ao analisar a obra de Marx afirma que: “a natureza separada da sociedade não possui significado. A natureza sempre é relacionada material e idealmente com a atividade social. A “primeira natureza” é entendida como aquela que procede a história humana, ou seja, o ambiente ao nosso redor”. Ainda ressalta Casseti (1991, p. 12), “que com o

⁵ O desejo de total conhecimento sobre a natureza para assim efetuar seu controle é uma caminhada que ocorre há séculos; cabe destacar que recentemente em meados de 2012 foi divulgado que o homem encontrou uma partícula que *a priori* cientistas afirmam que esta tal descoberta pode vir a ser o princípio da materialidade das coisas, sendo chamada de a “Partícula de Deus”.

aparecimento do homem, a evolução produtiva responde ao avanço da apropriação e transformação da “primeira natureza”, criando a “segunda natureza”. Assim, a história do homem é continuidade da história da natureza e não há, portanto, uma concepção dualística da natureza, na qual a segunda é vista como primeira.

Portanto, conforme destaca Carvalho (1991, p. 13):

Evidentemente que a definição ou a conceituação do que seja natureza depende da percepção que temos dela, de nós próprios, e, portanto, da finalidade que daremos para ela, isto é, depende das formas e objetivos de nossa convivência social. Que, sabemos, foram múltiplos nas várias sociedades que ao longo da história os homens construíram (CARVALHO, 1991, p. 13).

A concepção de natureza é um ideário construído socialmente no decorrer da história segundo as necessidades de cada sociedade em seu período histórico, assim como observa Gonçalves (1998) em sua obra “*Os (Des) caminhos do meio ambiente*”, que apresenta um conceito de natureza não-natural, sendo esta uma construção social, ou seja, desenvolvido pelo homem.

A separação entre a sociedade e natureza é considerada como característica do modo de organização social que se desenvolve, tendo destaque no capitalismo, com base no início da civilização (OCON, 2007).

Desta forma, para a Geografia, a ideia de natureza é de grande relevância, pois é através dela que se desenvolve a base do espaço e da sociedade, se encontrando subjacente a tudo que se faz e se pensa sobre meio ambiente (SPRINGER, 2007).

No ocidente, a relação entre sociedade e natureza vem sendo apontada como relações conflitantes. Tem-se o homem inseguro e frágil de um lado, e a natureza poderosa. Porém, aos poucos, o homem com sua inteligência dominou em grande escala a natureza, sendo este domínio avaliado como positivo.

Para tanto Bernardes e Ferreira (2003. p.40), destacam que: “A ciência moderna, com seus métodos e conceitos, gerou um universo em que a dominação da natureza está estreitamente vinculada à dominação dos homens”.

As construções da ideia de natureza e concomitantemente a sua relação com a sociedade é um tanto diversificada, bem como, contraditória, uma vez que transpõe aos valores econômicos e a sua exterioridade junto ao homem, portanto a partir deste plano de reflexão.

Gorostiza enuncia que:

La naturaleza, por tanto, se ve “hermoseada” por la mano del hombre en la medida en que se la transforma en productiva y se pone en condiciones de rendir. Todos sus elementos deben movilizarse a fin de contribuir a la prosperidad económica general y proporcionar materias para el comercio(...) (...) La visión de la naturaleza que deriva de este interés científico expresado en términos de “ciencia útil” es otra vez la de la naturaleza como territorio para la acción humana (GOROSTIZA, 2007. p.5 - 6).

Os últimos enunciado; acima baseados em Gorostiza apresentam os aspectos que consideram a natureza conforme o contexto existente pelo cunho predominante físico e social; no primeiro momento, a natureza é apenas concebida como fonte de riqueza/recurso que pode ser apropriada pelos homens que detêm os meios para tal, detentora de somente uma objetividade, a de vir a servir aos homens.

Desta forma, uma observação importante de Clacken, é que:

(...) al eliminar la vegetación natural, drenar las tierras y ahuyentar con su presencia a los animales salvajes, al proteger plantas y animales domesticados, el hombre ejerce case un poder jurídico sobre la naturaleza viviente (CLACKEN, 1996, p. 457).

No entanto, o segundo momento evidencia uma natureza em seu contexto não apenas com a objetividade de obtenção de lucro/produção e apropriação segundo os preceitos científicos do mundo moderno, mas caminha para um olhar da natureza não exterior ao homem e, sim, como fundamentação para a existência humana, transpassa as relações de poder, de objetividade e adquire um caráter sociocultural e histórico ao longo das civilizações e seus modos de produção.

A contribuição de Santos et al. (*apud* Barcellos) está no sentido de considerar uma visão de natureza externa a sociedade, ao remeter que:

[...] a construção da natureza como algo exterior à sociedade – uma construção estranha aos povos com que os europeus entrevam em contato – obedeceu às exigências da constituição do novo sistema econômico mundial, centrado na exploração intensiva dos recursos. Esta construção foi sustentada por um processo que veio a ser conhecido como Revolução Científica, e esteve na origem da ciência tal como hoje a conhecemos, a ciência moderna⁶ (SANTOS et al., 2005, *apud* BARCELLOS, 2008, p.109).

A construção da natureza como algo externa ao homem e, por ventura, a sociedade como um lócus de intervenção e leitura é encontrada em Moskovici, que adverte, “nossa religião moderna, exige da razão que ela sacrifique o corpo dos saberes vivos e partilhados de uma geração à outra, decretando que eles são menos verdadeiros que a verdade” (MOSKOVIC, 2002, p. 86).

Todo o processo até aqui acompanhado teve forte influência de uma cultura dada por superior em relação à outra; segue-se como exemplo claro uma cultura científica que se instaura como verdade em contraponto a uma cultura de saber tradicional.

Mas ao mesmo tempo, o comportamento do homem frente à sua relação com a natureza que, anteriormente era de espetáculo, passou a ter sentido prático, ou seja, ela é interessante não mais como tal fora no passado. Hoje sempre se questiona o se pode fazer dela (MARSCHNER, 2012).

A Crise anunciada

A nova ordem mundial vivenciada pela sociedade tem sido direcionada com base nos preceitos capitalistas, via de regra não é um fato meramente ilusório, na medida em que o desenvolvimento científico – tecnológico vem se expandindo, permitindo ao capital aumentar sua capacidade de reprodução, sustentando a ideologia de que crescimento econômico é desenvolvimento.

Cabe assim ressaltar como já advertia Altvater em sua obra “*O Preço da Riqueza*” que os problemas socioambientais⁷ não reconhecem fronteiras geopolíticas, neste mesmo sentido se faz necessário reformular este raciocínio para então observar que o “capital” não

⁶ Ver obra de SANTOS, B. S. (Org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

⁷ Grifo nosso. Entende-se que não há problemas apenas ambientais que não sejam sociais, mas que se refletem no ambiente devido ao descompasso social existente.

reconhece apenas as fronteiras geopolíticas, no entanto, vai muito além, não reconhecendo o direito à vida, à moradia, à justiça, à igualdade dos direitos comuns, mas prevalece sobre todas as tentativas de democracia, manipulando os Estados nacionais, junto à uma alienação conhecida por Globalização, ou ainda, nos últimos anos chamada de “crise da modernidade”.

No limiar deste raciocínio, a contribuição de Harvey ao realizar uma leitura baseada em Engels sobre a relação dialética do homem e a natureza, faz a seguinte explanação.

É praticamente impossível ver onde começa a ‘sociedade’ e onde termina a ‘natureza’ (tente olhar à sua volta e descobrir onde se situa os limites), mas até mesmo como um ato de abstração esta configuração do pensamento dicotômica é o produto da alienação, sem nenhuma justificativa histórica e científica bem fundamentada. Há um forte consenso na literatura ecológica que a presente separação esta baseada no cartesianismo. É não apenas profundamente anti-ecológico, mas também, através de seus efeitos sobre as práticas sociais, a raiz de muitos dos nossos problemas ecológicos (HARVEY, 1993, p. 34).

Neste sentido, as contribuições de Hissa (2006) apontam para o nascimento de uma sociedade concebida como moderna baseada nos postulados do Iluminismo e do Renascimento na qual, de certa forma, há uma sobreposição de valores e saberes até então considerado teológicos, consolidando uma burguesia com novos valores que se expandiram em todo o Ocidente.

Esta nova forma de pensar e agir a sociedade, traz consigo a imposição de um pensamento racional que, no entanto, instaura a negação do outro frente à ciência, lançando um ambiente de dúvidas. Para tanto, este modelo de modernidade cravou-se junto ao avanço técnico-científico com grande apoio do avanço capital sobre todas as esferas da sociedade.

Tratar aqui do termo modernidade e sua implicação no modo de conceber a natureza, se torna um tanto complexo, pois o moderno está aliado ao que é melhor do que o anterior, que, por sua vez, está intrinsecamente ligado às situações de satisfação social, porém o que não aparece entre o discurso do modernismo é a sua desigualdade e exclusão de outras perspectivas como, no caso do conhecimento, é considerar apenas o que tem base uma construção teórico-metodológica de base científica.

Isso implica em identificar como verdade apenas os fenômenos e ações que provêm de uma explicação científica racional, o conhecimento popular - aquele que as pessoas adquirem no dia a dia com suas experiências - é deixado de lado, não serve para explicar ou dar conta de transmitir uma dada realidade social.

O autor Boaventura de Souza Santos considera que:

De meados do século XIX até hoje a ciência adquiriu total hegemonia no pensamento ocidental e passou a ser socialmente reconhecida pelas virtualidades instrumentais da sua racionalidade, ou seja, pelo desenvolvimento tecnológico que tornou possível (SANTOS, 2002, p. 30).

Desta forma, pensar sobre a instauração de uma crise que se alastra por todos os setores e movimentos da sociedade atual nos conduzem a uma discussão para além do saber científico. Para autores como o próprio Boaventura de Souza Santos; o discurso da modernidade que implica na crise atual apresenta significado paradigmático que anuncia a emergência de superação. Os sinais desta mudança se baseiam em formas alternativas que estão primordialmente ligadas aos movimentos que caminham na contramão de uma lógica centralizadora e capitalista.

Cabe aqui destacar que a crise a qual busca refletir este texto pode ser considerada por uma infinidade de terminologias para sugerir um determinado descompasso do momento social. Aqui, de forma direta ou indireta, estas crises dizem respeito à relação homem-homem, ou melhor, homem-sociedade muito provavelmente como o sucesso do modo de produção capitalista. Sucesso este que leva de forma homogênea nossa sociedade a crer ser a única forma de desenvolvimento social existente no mundo, afirmação esta que despreza e nega toda e qualquer forma alternativa de desenvolvimento que seja puramente economicista e excludente, pois uma crise que está no modo de pensar, agir e reproduzir as relações sociais.

Podem ser consideradas aqui, pelo menos algumas das terminologias mais usuais para se referir ao momento atual como sendo crise da modernidade, do capital, ambiental, da ciência, da racionalidade humana e até mesmo associar ao mais ponto crítico, a crise da economia. Neste patamar, temos todas as formas de conhecimento baseadas no ganhar, um ganhar que é sobretudo econômico, em que permeia o fato de que alguém sempre terá que ser explorado, talvez a crise não exista em muitos planos da racionalidade humana e possivelmente falar dela hoje significa admitir que a emergência de um novo pensar é necessário, entretanto, este discurso pode ser puramente de cunho utópico e impossível, por ser um pensamento não hegemônico.

O modelo de pensamento proposto na modernidade é bem salientado por Boaventura de Souza Santos, que estabelece que:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo 'deste lado da linha' e o universo 'do outro lado da linha'(...) A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade de onipresença nos dois lados da linha (SANTOS, 2009, p. 23-4).

A complexidade social que temos vivido torna impossível a presença de uma sociedade que seja domada pelos postulados científicos, que negam uma gama de possibilidades emancipatórias de uma sociedade pluripartidária no sentido de respeitar as diferenças.

Aqui, as fronteiras de um conhecimento hegemônico sufocam e calam não só aqueles que negam a presença de apenas um modo de pensar, mas aos que estão excluídos de todo e qualquer parte do processo social, subjugando toda e qualquer esperança na conjuntura social atual.

Tal fronteira instaura um limite perigoso, pois os limites às fronteiras se levantam no sentido de coibir o outro, bem como, separar, ou ainda, dar significado ao que pode ser diferente. No intuito de entender o mundo, os homens dividem tudo que os cerca e, quebrando então um olhar sobre a totalidade, a crise da modernidade pode ser puramente a crise do homem quando se desvincula da natureza e a trata como diferente de si mesmo.

Convém salientar que limites são próprios da cultura humana, uma construção de significados, porém a natureza enquanto física é também definida pela cultura, mas não estabelece fronteiras e nem limites deliberados (HISSA, 2006).

No campo do debate científico seria impossível incluir e não estabelecer fronteiras e limites entre os demais campos do saber, haja vista que os saberes divergem e muito da hegemonia do conhecimento atual. A sociedade caminha neste nível de apreensão sobre o modelo dominante de produção, diga-se 'produção', pelo aspecto servil que as ciências desenvolvem em torno do econômico, pois nem a prerrogativa para a emancipação do que se chama desenvolvimento sustentável tem permitido avançar para além do que se estabelece como progresso econômico.

Como esclarece o autor Bruno Latour:

(...) esa construcción epistemológica portentosa de la racionalidad occidental como es la separación del *sujeto-objeto*, reproduce en otro nivel la separación *sociedad-naturaleza* y diluye la viabilidad política de un *contrato natural* que se inscriba en un proceso de convivencia "por él que el cosmos queda reunido en un todo, en él que se puede vivir." (LATOUR, 2001, p. 363.)

O autor Hissa, enumera que a denominação de crise, merece várias respostas, entretanto contribui que: (...) "muito da crise da ciência está associado à crise do progresso, estimulado pelo saber e construído de modo a ressaltar contradições e inconsistências" (HISSA, p. 33, 2006).

O mesmo continua a ressaltar que os movimentos mínimos dentro deste ambiente máximo de contravenções e racionalidade, que parecem de motivo torpe, sem nenhum sentido, podem construir a possibilidade emancipatória de um novo saber, com outras formas e modelos calcados em valores diferentes e, por que não, humanos (HISSA, 2006).

Em contraponto à esta perspectiva, o predomínio do pensamento atual é de que:

(...) la mutacional ética responde a la misma lógica de 'destrucción productiva' de valores: el capital reviste de valor económico y mercantil a todos los valores humanos y sociales y, al mismo tiempo, confiere una valoración social y humana a sus propios valores (PARGA, 2009, p.115).

Desta forma é estabelecida a relação homem-homem, no contexto de subordinação às necessidades de um determinado modo de viver em uma sociedade dita como moderna.

A Crise da relação Sociedade-Natureza

No mundo contemporâneo os problemas socioambientais têm sido motivo de muitas discussões por organismos internacionais, que levam o debate para outras instâncias nacionais, estaduais e municipais. Sabe-se que as questões que envolvem o ambiente e a sociedade em que vivemos têm dimensão socioambiental, cultural e econômica.

Como destaca Gonçalves:

Numa sociedade em que a produção é regida por uma lógica de concorrência que aciona uma busca de aumento da produtividade e, assim, um ritmo incessante que tende para o infinito porque o busca é a expressão quantitativa da riqueza na sua materialidade, os tempos naturais, culturais, e psíquicos acabam por ser atingidos ensejando efeitos e contradições várias (GONÇALVES, 2006, p.242).

Entende-se, que a grande fusão entre o homem e a natureza se deu a partir de ritmos diferentes em ambas, ou seja, os homens muitas das vezes superaram, e ainda superam, o tempo natural em busca do chamado progresso ou desenvolvimento⁸. No entanto, é necessário

⁸ Ideia de progresso e desenvolvimento pautado em crescimento econômico.

visualizar que isso tem ocorrido somente em uma escala econômica a favor de poucos e neste momento crava-se de forma intrínseca o anúncio de uma crise que está por vir.

Como ressalta Gonçalves:

(...) o campo ambiental também expõe outras e enormes contradições que reinam no atual “caos sistêmico” que caracteriza a geografia do mundo contemporâneo. Destaquemos o fato de 20% da população mundial “deter 80% das riquezas de todo o mundo”⁹ e ser responsável pelo consumo (produtivo e improdutivo) de cerca de 80% da energia e das matérias primas manipuladas anualmente em todo o planeta (GONÇALVES, 2006, p.242).

Verifica-se que o é conhecido por “crise ambiental”, não se trata de uma crise da natureza, mas, sim, de um descompasso na forma pela qual a sociedade vê e se relaciona com esta, assim se compreende que a verdadeira crise está na sociedade, sendo os modelos de desenvolvimentos aplicados nela, baseado no crescimento econômico, reforçando esta disparidade e, assim, o domínio da natureza no mundo contemporâneo resultam em uma idealização realização de progresso econômico como o se pudesse revolver ambiente social (LEFF, 2006).

Analisando o exposto acima, sobre as relações que marcam tal problemática do homem com a natureza, observa-se que uma nova categoria de reflexão deve ser compreendida, ou seja, há um novo conceito que é necessário aplicar para que se possa aprofundar a reflexão, sendo que se introduz a problemática do conflito socioambiental que, segundo Layrargues (2006, p.119-20), são, em síntese, conflitos sociais que têm elementos da natureza como objeto e que expressam relações de tensão entre “interesses coletivos/espços públicos X interesses privados/tentativas de apropriação de espaços públicos”.

Ainda por base neste autor:

Analisar a problemática do conflito sócio ambiental significa...pensar que para além dos efeitos da degradação ambiental sobre a base material da vida, existem efeitos das lutas de acesso e uso do meio ambiente sobre o conjunto das forças sociais...este deslocamento proporciona o entendimento das possibilidades de enfrentamento da questão ambiental não apenas sob o ângulo técnico, mas, sim, sob o ângulo político (LAYRARGUES, 2006, p.119-20).

Assim, como para Mendonça:

O termo sócio ambiental passou a ser empregado para evidenciar que alguns problemas ambientais têm forte conotação social e que devem, portanto, ser tratados levando em consideração tanto os elementos naturais quanto os sociais que o constituem (MENDONÇA, 2004, p.204)

Mendonça, ainda adverte que ocorre um processo de humanização da natureza, a compreensão da natureza é social:

Os problemas e questões enfocados na perspectiva ambiental são, sobretudo, de ordem social, dado que a noção de problema é uma abstração exclusivamente humana, o que reforça a ideia de que não existe problema para a Natureza; quando colocados, não passam de leituras possíveis do homem sobre a Natureza, da maneira humana de compreendê-los, de uma certa humanização dela (MENDONÇA, 2004, p.188).

Outra contribuição importante para o contexto da problemática socioambiental, frente ao seu enfrentamento como uma crise ambiental, é apresentada de forma concisa e clara, para

⁹ Grifo nosso: “deter 80% da riqueza de todo o mundo”

que se caminhe em direção à elaboração de propostas que venham a atacar o cerne da questão tida por ambiental.

Como destaca Leff, ao referir que:

A crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise se apresenta a nós como um limite no real, que ressignifica e reorienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social (LEFF, 2007, p. 191).

Esta perspectiva de análise permite a superação do ideário de crise ambiental e remete a uma reflexão dos fenômenos ambientais e sociais não separados. Assim, não se pode compreender o homem separado da natureza, como o capitalismo que sempre se apropriou de tal relação de forma separada, o que lhe sempre permitiu tratar a natureza como passível de ser apropriada individualmente e transformada em mercadoria, se tornando um produto. Estes elementos apresentam que a massificação da lógica desenvolvimentista permitiria incluir na crise um elemento-chave, o desenvolvimento sustentável, que muda o nome e busca pacificar os temores de uma crise avassaladora na sociedade.

A tentativa de domínio do homem sobre a natureza fica claramente explícita nas cidades como um espaço construído pelo homem através de relações sociais que exclui a “natureza selvagem” de seu cotidiano, produzindo uma natureza dominada, controlada e confinada em parques urbanos ou áreas rurais artificializadas e preparadas para a visitação.

Nos últimos dois séculos notou-se uma expansão e adensamento urbano sem precedentes, tanto referente à população quanto em equipamentos urbanos. O surgimento e a popularização do automóvel, com o conseqüente alargamento das vias e estreitamento dos passeios, a construção de viadutos e novas vias, a instalação de redes elétricas, de telefonia, de água, de esgoto, de transporte público, incluindo o bonde, ônibus, trem e metrô, a sinalização de trânsito, a iluminação pública, o fluxo intenso de pedestres e finalmente, o crescimento horizontal e vertical das edificações, colocaram rapidamente a arborização e em geral a cobertura vegetal urbana em segundo plano.

As relações até então existentes na cidade passam a ser manipuladas pelo mercado, o qual profere o direito de exploração aos ambientes naturais através de indivíduos capazes de adquirir e pagar por esta exploração.

Neste mesmo contexto, o processo de valorização da natureza na sociedade moderna é acompanhado pela valorização econômica de determinadas áreas da “primeira ou da segunda natureza¹⁰”, juntamente com a implantação de várias formas de exploração destes ambientes naturais, fazendo com que o meio ambiente seja introduzido de forma incoerente na

¹⁰ Primeira Natureza: No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 1988, p. 39). Segunda Natureza: quando o homem tem força para modificar os aspectos do quadro natural, fazendo deste uma segunda natureza mais adaptada aos seus fins (SANTOS, 1988, p.27).

“globalização da natureza¹¹” pelo capital, produzindo como resultado um território onde o lazer e o consumo estão relacionados diretamente à ideia moderna de natureza privatizada.

Ainda como afirma Diegues (2004, p. 42): “a natureza não tem valor em si, mas se constitui numa reserva de recursos naturais a serem explorados pelo homem”.

Nas suas dimensões atuais, os problemas sociais e ambientais são de domínio da biosfera e atingem a todos os moradores do planeta, pois a natureza é considerada ‘bem comum’, ocultando-se, de modo geral, que este bem comum está apropriado privadamente. Ocultando-se, nestas análises, que a sociedade não é homogênea e que, no mundo capitalista, estando atualmente à sociedade dividida em classes sociais que se apropriam com intensidades diferentes da produção de riquezas e, também, dos “frutos indesejáveis” da produção/destrutiva.

Nesta perspectiva, é necessário considerar que:

La búsqueda de enfoques integradores del conocimiento para explicar tanto las razones como el accionar de los procesos socio-ambientales complejos, desborda toda capacidad de las estructuras cognoscitivas científicas dominantes y exige su reestructuración como condición para la formación y producción de un nuevo saber (MAYORGA, 2003, p. 17).

A compreensão da crise ambiental e da relação homem/natureza deve partir da releitura dos processos territoriais capazes de ser compreendidas por suas especificidades não pela soma dos processos, mas pela reflexão da realidade e que caminhe no sentido de superar o modelo técnico - científico atual (RODRIGUES, 1993).

Assim, como considerado por Smith (1988, p.109): “A menos que o espaço seja conceituado como realidade completamente separada da natureza, a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza”.

Portanto, a relação homem/natureza, é algo uno, que transcende as relações de poder, produção, lutas de classes e até mesmo a ciência que se ampara em métodos analíticos, bem como, quali-quantitativos que pecam muito ao negar as realidades construídas a partir do conhecimento popular e a negação de uma natureza como parte do homem.

Para alguns pensadores, a forma pela qual produzimos o conhecimento científico e pelo ângulo que tratamos os problemas ambientais (sociais) é um tanto contraditória, pois trabalhamos sob uma perspectiva que propõe reformas ao modo de produção no qual nos situamos espacial e historicamente, sem levar em conta que a crise verdadeiramente está na relação homem/sociedade e não no seio do ambiente que comumente é externalizado para não nos colocarmos como parte desta crise.

Para não terminar.... da natureza ao recurso / do peixe ao produto

Seguindo a perspectiva de abordagem marxista, a transformação da natureza em recurso é estabelecida a partir do trabalho humano. Isso implica em destacar que os elementos que consideramos naturais como a água, terra, ar, petróleo, frutas entre outros elementos e, no

¹¹ Globalização da natureza: processo pelo qual a natureza é contextualizada como mercadoria pelo capital. GONÇALVES, C.W.P. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

caso específico deste trabalho, o peixe, estes na medida em que estão dispostos na natureza se constituem como objetos e podem existir apenas enquanto uma potencialidade.

O autor Diegues (1983), afirma que em Marx os elementos naturais partem do processo de produção como matéria-prima, ingressam com o significado de servir puramente como recurso, uma base material que possibilitará ser tratada e convertida em determinado produto. Mais adiante Diegues (1989, p. 89), exemplifica; “o algodão entra no processo produtivo como fio, ou matéria-prima que já incorporou trabalho em uma fase anterior, a da agricultura”.

Desta maneira, podemos dizer que das atividades que advêm do modo de produzir como agrícolas e/ou aquícolas de suporte, fortemente dependentes de elementos e ciclos naturais, é onde temos um grande coeficiente das forças da natureza que ganham importância pelo capital (DIEGUES, 1983).

Estas afirmativas permitem introduzir a este debate um dos pontos-chave para a incorporação dos elementos de primeira natureza no meio de produção como matéria-prima, sendo esta associada de maneira direta ao saber pragmático diante da natureza. Neste sentido, o autor Moreira (1995, p. 90), adverte que esta questão acima exposta pode ser pensada:

(...) na perspectiva da competição intercapitalista pela apropriação do conhecimento sobre a natureza. Move-nos a noção geral de que a utilização das terras, e da natureza, está associada ao conhecimento que se tem sobre elas (MOREIRA, 1995, p. 90).

A apresentação de tal perspectiva pode ser atribuída também, segundo o que destacou Castoriadis (1978), ao argumentar a existência de um caráter de percepção da natureza e da própria ideia de natureza num processo sociohistórico.

Isso incorre, ainda, “sobre a historicidade do mundo “natural” o conhecimento sobre a natureza torna-se a chave para sua utilização produtiva: informa, e conforme, as técnicas e a ação produtiva” como sugerida por Moreira, 1995 (p. 90; 101).

Um ponto de fragilidade que é resultante desta transformação sociohistórica segundo Diegues *apud* Schmidt (1983, p. 89), advém da ação que “transforma a natureza, mas a intensidade e magnitude dessa transformação se encontram limitadas não somente pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, mas também pela estrutura da própria natureza”.

Assim, pode-se considerar que é neste processo de transformação que o autor Diegues (1983, p. 89) destacou que o “homem se defronta com as forças da natureza (...) é, no entanto, em atividades como a agrícola e a pesqueira, baseadas, sobretudo nos ciclos naturais, que as forças produtivas da natureza ganham uma importância capital”.

Uma observação importante na mudança de olhares sobre a natureza como um produto a ser transformado em mercadoria, no caso deste trabalho, é corroborada pela

seguinte explanação; “(...) o pescado precisa ser visto com outros olhos. Nós temos que entender que peixe não é bicho, é recurso¹².”

As palavras acima exemplificam de maneira prática à necessidade do pensamento dominante na sociedade moderna de separação e supremacia do Homem frente à Natureza e demonstra outra premissa, a de realizar o processo produtivo incorporando a técnica, esta práxis vai ao encontro da contribuição teórica de Milton Santos para tais relações sobre a qual se destaca que, em todos os espaços há uma substituição do meio natural por um meio técnico, na escala espaço temporal que remete ao meio técnico-científico-informacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELLOS, G. H. A crise ambiental e a mercantilização da natureza. IN: HISSA, C. E. V. **Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2008.
- BERNARDES, J. A; FERREIRA, F, P. M. Sociedade e Natureza. IN: CUNHA, S, B; GUERRA, A, J, T. (Orgs). **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.
- CARVALHO, M. **O que é natureza**. São Paulo. Brasiliense, 1991.
- CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.
- CASTORIADIS, C. O dizível e o indizível. In: **As encruzilhadas do Labirinto/1**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978
- CLACKEN, C. J. **Huellas en La playa de Rodas: Naturaleza y cultura en el pensamiento occidental desde la Antigüedad hasta del siglo XVIII**. Barcelona. Ediciones del Serbal, 1996
- CLAVAL, P. **Terra dos Homens: a geografia**. São Paulo. Contexto, 2010
- COSTA, J.M. **A multiconcepção de natureza**. 2005. Disponível em: <<http://universia.com.br>>. Acesso em: 18 janeiro 2009.
- DIEGUES, A.C.S.A. **O mito moderno da natureza intocada**. 5ª Ed; São Paulo. Hucitec, 2004.
- _____. **Pescadores camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- GONÇALVES, C. W.P **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo. Contexto, 1998.
- _____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.
- _____. De sabores, de saberes e de poderes. **ALAI - América Latina em Movimento**. 2010. Disponível em:<<http://alainet.org>>. Acesso em: 27 Setembro 2011.
- GOROSTIZA, J. L. R. Jovellanos y la naturaleza: economía, ciencia y sentimiento. **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales**. Universidad de Barcelona, Barcelona. Junio de 2007. n. 241, vol. XI, Disponível em:<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-241.htm>>. Acesso em 27 Setembro 2010.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004
- HARVEY, D. The nature of environment: the dialectics of social and environmental change, IN: PANITCH, L. (ed.) *Socialist Register*, London. Merlin, 1993.
- HISSA, C. E. V. **A Mobilidade das Fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2006.
- LAYRARGUES, P.P. Educação para Gestão Ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: Loureiro, M.A.F.P. *et al.*(Orgs). **Sociedade e Meio Ambiente: a Educação Ambiental em Debate**. São Paulo. Cortez, 2006, p.13-52.

¹² Palavras do Superintende do Ministério da Pesca e Aquicultura em Mato Grosso do Sul, durante a concessão de uma entrevista ao autor em dezembro de 2012 na cidade de Dourados-MS. A mesma frase foi posteriormente divulgada em alguns meios de comunicação.

- LATOUR, B. **La esperanza de Pandora**. Ensayos sobre la realidad de los estudios de la ciencia. Barcelona, Editorial Gedisa, S.A. 2001.
- LEFF, H. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.
- _____. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo. 4ª ed. revista. Cortez, 2007.
- MENDONÇA, F.(Org). **Impactos Socioambientais Urbanos**. Curitiba. UFPR, 2004.
- MOREIRA, R. **O que é Geografia**. São Paulo. Brasiliense, 1985.
- MOSKOVICI, S. **Natureza: para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro. Mauad X, Inst. Gaia, 2007
- OCON, D.C.M. Construção da idéia de natureza: alguns apontamentos. In: MORETTI, E.C. *et al.*(Orgs). **As territorialidades na fronteira: a produção do Pantanal e diversidade**. Universidade Federal da Grande Dourados, FCH. Dourados. UFGD, 2008.
- PARGA, J. S. El estado del Estado em la actual sociedade de mercado. **Nueva Sociedad**. n. 221. mayo-junio, 2009. Disponível em: <http://www.nuso.org>. Acesso em: 12 abril 2011.
- RODRIGUES, A.M. Espaço, meio ambiente e desenvolvimento: releituras do território. **Revista Terra Livre**, n. 11 – 12, São Paulo. AGB, 1993.
- SANTOS, B. S; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra. Edições Almedina, 2009.
- SANTOS, B. S. (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.
- _____. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Porto. Edições Afrontamento, 2002.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo. Hucitec, 1988.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1988.
- SPRINGER, K.S. A apropriação do conceito de natureza pela produção do conhecimento geográfico. Revista **Eletrônica Geografar**. Curitiba, v. 2. Resumos do VI Seminário Interno de Pós-Graduação em Geografia, junho/2007. Disponível em: <<http://www.ser.ufpr.br/geografar>>. Acesso em: 12 dezembro 2008.